

---

## **Jornalismo para a paz: novos olhares teóricos e metodológicos na cobertura de conflitos sociais<sup>1</sup>**

Diuan dos Santos FELTRIN<sup>2</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Bauru/SP

### **RESUMO**

Na condição de agente integrante da sociedade, o jornalismo cumpre importante função ao realizar a mediação entre os acontecimentos e o público. Neste sentido, coberturas sobre situações de violência e opressão podem ser direcionadas à superação destes contextos, promovendo reflexões e engajamento do público. O Jornalismo para a Paz, embasado na concepção dos Estudos para a Paz, apresenta uma via alternativa para as construções jornalísticas. O estudo reflete sobre esta abordagem, não apenas em seu aspecto prático no cotidiano profissional, mas principalmente em sua dimensão metodológica, que amplia possibilidades de investigação científica no campo do jornalismo. Para demonstração, realizam-se análises de conteúdo dos portais de notícias G1 e Catraca Livre acerca de uma ocorrência de violência LGBTfóbica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo para a Paz; comunicação para a paz; metodologias do jornalismo; LGBTfobia; violência cultural.

### **INTRODUÇÃO**

Presente no cotidiano dos indivíduos, o jornalismo permeia as relações e tem a capacidade de influenciar diretamente a formulação da agenda social (WOLF, 1999). A transparência ou a opacidade que determinados temas terão diante da agenda pública possuem total relação com os destaques ou ocultamentos dessas temáticas a partir da exposição jornalística. Ademais, os conteúdos jornalísticos também contribuem com o silenciamento de determinadas parcelas sociais na medida em que não concede voz ou espaço às mesmas.

Dentre os aspectos que integram a sociedade, é preciso considerar a violência como elemento marcante. Ela se faz presente em diversos contextos e se manifesta de diferentes formas, não apenas diretas, mas sobretudo indiretas. Destarte, ao realizar a mediação em coberturas sobre acontecimentos de violência, o jornalismo pode contribuir

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, mestrando em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Bauru/SP, e-mail: [diuan.feltrin@unesp.br](mailto:diuan.feltrin@unesp.br).

---

com as iniciativas de enfrentamento de tais realidades, mas também, fortalecer os contextos de dissenso, caso as coberturas sejam focadas única e exclusivamente na superexposição dos atos violentos.

Diante dos sentidos formulados a partir da mediação jornalística, em contraponto com a expansão das diversas formas de violência que perpassam a sociedade, faz-se primordial repensar como se dá a construção de notícias em meio à urgente necessidade de encontrar formas de superar contextos violentos. Especialmente as violências de ordem social, que dizimam considerável parcela da população, especialmente as mais vulneráveis, geralmente silenciadas por destoarem dos padrões normativos de raça, gênero e classe. Nesta direção, o *Peace Journalism*, ou Jornalismo para a Paz, formulado no contexto dos *Peace Studies* (Estudos para a Paz) se apresenta como contraproposta aos modelos jornalísticos tradicionais e hegemônicos, na medida em que se empenha na desconstrução de estruturas narrativas que promovem silenciamentos e supervalorização de violência.

Este estudo apresenta discussões sobre a perspectiva do Jornalismo para a Paz como abordagem que fornece subsídios para a ressignificação de coberturas sobre realidades de violência, contribuindo de forma prática a partir de um itinerário capaz de reorientar as construções das narrativas jornalísticas diante de situações demarcadas por conflitos, sobretudo de ordem social. Ademais, indica possibilidades teóricas e metodológicas em investigações acadêmicas no campo do jornalismo, apresentando a perspectiva do Jornalismo para a Paz como instrumento capaz de agregar novos valores à metodologias tradicionais, como a análise de conteúdo.

Para demonstrar a aplicabilidade do método, empreenderemos em uma breve análise de construções jornalísticas desenvolvidas pelos portais de notícias *GI* e *Catraca Livre* acerca de um caso explícito de violência LGBTfóbica ocorrida na cidade de São Paulo (SP) no dia 12 de janeiro de 2020. A LGBTfobia corresponde à aversão contra pessoas inseridas no marcador social LGBT+<sup>3</sup>; essa violência é observada em sua dimensão simbólica e cultural, principalmente nos discursos que subalternizam pessoas não heterossexuais, o que tende a naturalizar agressões contra esta parcela da população.

As reflexões apresentadas visam contribuir com as pesquisas sobre o Jornalismo para a Paz, cuja consolidação como campo de investigação ainda é incipiente, sobretudo

---

<sup>3</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transsexuais, dentre outras pessoas que não se encaixam nas normas determinadas pela sociedade centrada na expressão de gênero heterossexual.

---

no Brasil. Dialoga com uma pesquisa de mestrado em andamento, que versa sobre o Jornalismo para a Paz em coberturas de conflitos sociais, como a LGBTfobia. Trata-se de um breve recorte, com possibilidades de ampliação em pesquisas posteriores.

## OS ESTUDOS PARA A PAZ E AS TIPOLOGIAS DE VIOLÊNCIA

Os *Peace Studies*, ou Estudos para a Paz (EPP) podem ser definidos como um campo de pesquisa comprometido com a não-violência e que procura demonstrar que a paz não é meramente uma utopia, mas um objeto de investigação que pode ser colocado em prática por meio de políticas concretas (OLIVEIRA, 2017). Por isso, fornecem uma vasta gama de conhecimentos metodológicos e empíricos, impelidos em compreender a raiz dos conflitos que impactam a sociedade. No campo dos EPP, busca-se conhecer o cerne dos conflitos para, então, refletir sobre as condições para se promover a paz.

Conforme explica Ferreira (2019), é da Noruega que vem a base de compreensão crítica sobre os fenômenos de paz e violência. Em 1959, o sociólogo e matemático Johan Galtung lidera a criação do *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO – Instituto de Oslo de Pesquisa sobre a Paz), a primeira instituição a adotar efetivamente o conceito de Estudos para a Paz em suas pesquisas. O PRIO ampliou as demandas das ciências sociais, que até então se concentravam nas questões das guerras; com o Instituto, as investigações para a paz ampliaram o escopo e “passaram a agregar temas como justiça, equidade, bem-estar, direitos econômicos e sociais e, em alguns casos, o afeto, a solidariedade e outras formas de resolução pacífica dos conflitos” (LÓPEZ BECERRA, 2011, p. 2). A proposta da investigação para a paz (*Peace Research*) seria a consolidação de uma cultura de paz, por meio de problemáticas capazes de ampliar as reflexões sobre as causas dos conflitos, bem como sua superação (PUREZA, 2000).

A corrente crítica dos EPP formulada por Galtung abarca todos os aspectos da violência e da paz positiva (CABRAL; SALHANI, 2017). Desse modo, a perspectiva amplia o entendimento sobre estes conceitos, tendo em vista que antes dos EPP o tema violência compreendia somente sua manifestação direta, manifestada nas guerras. No entendimento dos EPP, contudo, a guerra seria apenas mais uma manifestação de violência em meio a tantos conflitos que afetam as sociedades.

Como explica Galtung (1969), é simples perceber a violência direta, pois seus agentes (vítimas e agressores) podem ser identificados com clareza; ela ostenta marcas

---

aparentes, sendo fácil verificar o número de mortos e feridos após um embate, por exemplo. É esta tipologia de violência a qual o Jornalismo para a Paz buscará confrontar, como explicaremos posteriormente. A virada epistemológica dos EPP se dá com a ampliação dos conceitos de paz e violência (PUREZA, 2000), que amplia o leque de possibilidade das investigações sobre os conflitos e construção da paz. Além da manifestação direta, Galtung (1969; 2003) indica outras duas tipologias: violência estrutural e violência cultural.

Como o próprio termo denota, a violência estrutural ou sistêmica está presente nas estruturas sociais caracterizadas por desníveis e desigualdades abissais, oriundas de um sistema político e econômico caracterizado por falhas na distribuição de renda e na garantia de direitos básicos. Como explica Galtung (1969, p. 171, tradução do autor), “a violência é construída na estrutura e aparece sob o véu de poderes desiguais e, conseqüentemente, como chances de vida desiguais”.

A violência cultural, por sua vez, é a manifestação mais sutil e silenciosa da violência, pois é componente do senso comum, propagado de geração a geração, ainda que tacitamente. Também chamada de violência simbólica, se manifesta nos discursos sociais, normas, comportamentos e nos produtos culturais, podendo legitimar as outras duas tipologias (CABRAL; SALHANI, 2017). Dizeres e gestos LGBTfóbicos, por exemplo, são frutos dessa expressão de violência, que inferioriza a população LGBT+ por meio da propagação de estereótipos, o que, de certa forma, naturaliza a ideia de que essas pessoas são subalternas e, portanto, podem ser alvo de agressões.

O conceito de paz, na visão de Galtung (1969), subdivide-se em paz negativa e paz positiva. A primeira concepção corresponde justamente ao que o senso comum entende como paz, ou seja, a ausência de guerras ou de violência direta. Trata-se de uma visão superficial, que desconsidera elementos subjacentes a um possível cessar-fogo, por exemplo, que pode ocultar opressões revestindo-as de uma falsa ideia de paz. A paz positiva, por sua vez, considera a dimensão permanente e totalizante da paz, impelida em desconstruir conflitos e buscar equilíbrio, cooperação e integração, rompendo com os mecanismos de violência, bem como a busca por justiça e isonomia nas relações sociais (CABRAL; SALHANI, 2017; FERREIRA, 2019; PUREZA, 2000).

A perspectiva dos EPP direciona esforços e empreende em iniciativas capazes de consolidar uma cultura de paz. Não se trata, todavia, de uma disciplina isolada, visto que seu caráter transdisciplinar é essencial para o direcionamento de pesquisas que têm como

---

finalidade compreender os conflitos, como pressuposto para superá-los (MASCHIETTO; NOBRE; NOGUEIRA, 2019). Segundo Ferreira (2016), a compreensão sobre os conflitos que perpassam a esfera social demanda a convergência entre diversas óticas, o que aprimora a reflexão sobre alternativas para a superação dos conflitos.

Considerando a transdisciplinaridade do campo dos EPP, a área da comunicação também presta suas contribuições e visões sobre os conflitos para se pensar em uma cultura de paz. Por meio da comunicação direcionada à paz, são desconstruídas as possíveis estratégias de controle social dos grupos de poder dominantes, cujo empenho em ceifar o acesso dos cidadãos aos processos de mudança social possui estreita relação com o fomento de uma cultura centrada na violência, na dor e na indiferença (ARÉVALO SALINAS, 2014). Assim, as ações comunicativas podem auxiliar a ressignificar realidades demarcadas pela violência, na medida em que propõem novas formas de enxergar o conflito, com estímulo a um posicionamento crítico por parte dos receptores das mensagens, sobretudo diante de estruturas em que imperam dicotomias e cisões. Comunicar para a paz seria promover

[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos. Que seja voltada à criação de discursos sociais de cultura de paz. Discursos que constituam um lugar de encontro. De reconciliação. De construção de uma memória reconciliadora. De uma memória viva e em contínua construção (NOS ALDÁS; SEGUÍ-COSME; MACHOTA, 2008, p. 14, tradução do autor).

A comunicação, portanto, é uma ferramenta estratégica para a análise de fenômenos sociais; quando direcionada para a promoção da paz, deve ter o aspecto humano como prioridade e, assim, concentrar direcionamentos que tenham a paz como objetivo final; mas uma paz que vai além da ausência de conflitos, empenhada também em estimular o bem-estar permanente e integral (VICENTE, 2015). É válido ressaltar que os esforços dos Estudos para a Paz para a superação de situações de conflito pressupõem ações práticas e não coniventes com estruturas de opressão. Não se ignoram as tensões inerentes a todo e qualquer contexto de transformação, mas privilegiam a dialética como pressuposto da ressignificação.

---

## O JORNALISMO EMPENHADO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

O Jornalismo para a Paz caminha ao encontro das perspectivas de um exercício comunicacional direcionado em desconstruir estruturas de violência e promover a paz positiva. Emerge no seio dos EPP como contraproposta à atividade jornalística até então desempenhada, em que, nas coberturas sobre conflitos de guerra, prevalecia exclusivamente a violência e ignoravam-se realidades e contextos subjacentes aos conflitos. Pelo fato de os veículos de comunicação serem integrantes dos processos sociais (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012), o ato de reportar contextos de violência carrega em si uma vasta gama de responsabilidades, sobretudo pelo fato de que o jornalismo pode contribuir para reforçar estruturas de opressão, ou estimular a superação das violências (CABRAL; SALHANI, 2017).

Denomina-se como Jornalismo de Guerra/Violência o direcionamento oposto ao Jornalismo para a Paz; esta vertente concede maior relevância à violência por si mesma, isto é, aos traços de violência direta. Expressa-se claramente em coberturas que expõem estatísticas sobre mortos e feridos e que privilegiam somente um lado dos atores envolvidos no conflito (maniqueísmo), colocando-os em posições de vencedores *versus* perdedores (LYNCH; MCGOLDRICK, 2000; GALTUNG, 2006).

O Jornalismo para a Paz, por sua vez, explora a formação dos conflitos a partir de suas causas. Nas coberturas, jamais há a prevalência de um grupo sobre outro, pois a abordagem privilegia a horizontalidade das relações. À medida que identifica a raiz da violência, também a denuncia e, com isso, busca concentrar esforços para a sua ressignificação. Enquanto o Jornalismo de Guerra/Violência se concentra na violência, nas elites (grupos de poder) e na vitória, o Jornalismo para a Paz se orienta pela busca para a solução dos conflitos, com foco nas pessoas, como agentes ativos de transformação (GALTUNG, 2006).

Diante dos tópicos que acentuam as particularidades do Jornalismo para a Paz, é preciso ressaltar que esta abordagem demanda novos significados às lógicas e esquemas de construção noticiosa e, inclusive, reorganiza a deontologia do jornalismo. Como salientam Arévalo Salinas e Farné (2016, p. 5, tradução do autor), “o compromisso para com a denúncia de fatos e eventos que violam os direitos humanos deve ser transversal à linha ideológica da mídia”. Neste sentido, o jornalismo direcionado à paz se opõe ao que

---

denominamos como “jornalismo tradicional” à medida que explora as complexidades dos conflitos e contempla todos os atores sociais envolvidos, indistintamente (GIRÓ, 2012).

As diferenças entre os direcionamentos dessas duas abordagens de construção noticiosa fornecem um itinerário teórico-metodológico que auxilia tanto o processo de elaboração de narrativas jornalísticas quanto a realização de investigações acadêmicas no campo do jornalismo. Como salientado anteriormente, a noção de Jornalismo para a Paz tinha como intenção aplicar um novo olhar diante das coberturas em realidades de guerra. Entretanto, a abordagem pode ser ampliada para alcançar outras lógicas contextuais demarcadas por violências que, tal como nas guerras, culminam em mortes e dizimam parcela considerável da população.

No Brasil, por exemplo, a violência urbana, muitas vezes conivente com o próprio Estado, é um dado social marcante. Gera mortes, especialmente da população negra e periférica; uma violência que escancara outras violências ocultadas pela lógica da dominação. Violências de gênero, como machismo e LGBTfobia, também são reveladoras das múltiplas violências presentes na sociedade brasileira, de modo que a cada 23 horas, uma pessoa LGBTQ+ é morta por razões LGBTQófobas, conforme dados do GGB (Grupo Gay da Bahia)<sup>4</sup>. Tais aspectos denotam um estado de guerra permanente em território brasileiro. Por ser ator social e contribuir com a construção social da realidade (CARVALHO, 2012), cabe ao jornalismo desenvolver perspectivas que não apenas apresentem tais nuances, mas, principalmente, que sirva como suporte de identificação e denúncia dos diversos tipos de violência presentes no seio social. Esta necessidade caminha ao encontro da perspectiva do Jornalismo para a Paz, ampliando sua concepção, outrora restrita aos contextos de guerras entre povos e nações.

Na prática diária do jornalismo, especialmente na grande mídia brasileira, os critérios correlatos a uma abordagem jornalística para a paz não são observados. Alguns limitadores como o tempo de produção e as linhas editoriais podem impactar de certa forma a realização de coberturas mais densas e reflexivas. Porém, como refletem Cabral e Salhani (2017), as coberturas jornalísticas consistem em escolhas, por isso, algumas alternativas podem ser colocadas em prática pelos próprios profissionais, que, no dia a dia da função, optariam por enquadramentos que apresentem elementos do Jornalismo

---

<sup>4</sup> Informação disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

---

para a Paz, como contextualização dos conflitos, apresentação de múltiplos pontos de vista sobre o fato, além de não evidenciar somente aspectos da violência direta.

## **JORNALISMO PARA A PAZ E LGBTFOBIA**

O jornalismo, na condição de participante ativo no processo de construção social da realidade (CARVALHO, 2012) contribui de forma efetiva para a formulação de percepções do público receptor acerca dos acontecimentos narrados. Como argumenta Sodré (2009), o acontecimento narrado é passível de interpretações e, portanto, o público também desempenha papel ativo e preponderante no processo de transmissão da notícia. À medida que seleciona os acontecimentos que serão levados ao público, o jornalismo hierarquiza a relevância dos conteúdos; por isso, diante das narrativas, é fundamental a observância de tudo o que é “dito”, sem desconsiderar o que “não é dito”, visto que as lacunas e omissões revelam posicionamentos dos veículos, que não são espaços neutros (LEAL; CARVALHO, 2009).

A realização de análises de conteúdo jornalístico acerca de conflitos sociais leva em conta o contexto em que a produção está inserida. No caso da violência LGBTfóbica, devemos considerar que o construto social provém de modelos patriarcais e heterocêntricos, isto é, formulações que impõe a heterossexualidade como única expressão legítima da sexualidade humana. Esta lógica da heteronormatividade compulsória<sup>5</sup> (CARVALHO, 2012; LOURO, 2018) impõe restrições a toda e qualquer manifestação sexual não condizente com o ideal heteronormativo, e coloca à margem pessoas LGBTQ+. A LGBTfobia emerge no pensamento limitante que estigmatiza e rotula pessoas não heterossexuais, naturalizando a prática da violência direta à medida que usurpa a dignidade daqueles e daquelas que seguem na contramão das imposições de gênero. Tal violência de viés cultural é propagada a partir de discursos reguladores presentes em instâncias sociais diversas, que buscam assegurar o lugar privilegiado da heterossexualidade.

Os vieses do Jornalismo para a Paz ajudam a enxergar criticamente este cenário gerador de violência e apontam para outras possibilidades de direcionamentos das coberturas, de modo a evitar ocultamentos ou reforço de estereótipos. Ao discorrerem

---

<sup>5</sup> Pensamento que afirma a heterossexualidade como única expressão legítima da sexualidade humana, de modo que todo o aparato social é construído a partir da pressuposição de que todas as pessoas devem ser heterossexuais.



sobre a relação entre jornalismo e LGBTfobia, Leal e Carvalho (2009) indicam que é preciso atenção diante das contradições, lacunas e diferenças que perpassam as construções jornalísticas, e ressaltam: “à afirmação de que tal ou qual jornal é favorável ou não ao combate à discriminação, cabe a leitura atenta de seus textos e às variações aí presentes” (LEAL; CARVALHO, 2009, p. 11). O percurso do Jornalismo para a Paz, neste sentido, fornece subsídios para desvelar o posicionamento dos veículos jornalísticos diante de uma realidade conflituosa; a partir desta “leitura atenta”, será possível verificar se nas coberturas sobre a violência LGBTfóbica prevalece somente a violência ou se existe o empenho para a superação da mesma.

## **O JORNALISMO PARA A PAZ COMO SUPORTE METODOLÓGICO**

Com o objetivo de demonstrar a aplicação do Jornalismo para a Paz como possibilidade metodológica para análise de matérias jornalísticas que apresentam conflitos sociais, selecionamos um recorte específico sobre um episódio de violência LGBTfóbica ocorrido em janeiro de 2020 na cidade de São Paulo (SP). Buscaremos compreender como se deu a mediação do acontecimento pelos portais de notícias *GI* e *Carta Capital*. Inseridos na lógica de produção hegemônica, os veículos analisados prezam pela instantaneidade e agilidade na transmissão das informações, características ainda mais latentes quando se trata de jornalismo on-line. No entanto, as análises das coberturas, por meio de critérios analíticos do Jornalismo para a Paz, revelarão quais tendências prevalecem nas narrativas: a superação da violência ou sua mera divulgação.

Os critérios do Jornalismo para a Paz ampliam as possibilidades metodológicas em pesquisas científicas e servem de parâmetro para análises de narrativas noticiosas, aliando-se a métodos como análise de conteúdo, análise do discurso, hermenêutica de profundidade, análise de enquadramentos, entre outros (CABRAL; SALHANI, 2017). No recorte deste artigo, demonstraremos a aplicação por meio da análise de conteúdo. Bardin (1977, p. 42) explica que a intenção dessa metodologia é realização de inferências relacionadas à produção e recepção de conteúdos. Por isso, se entende que as inferências auxiliam no processo de compreensão dos efeitos das mensagens, o que se encaixa nos objetivos dos estudos sobre as construções noticiosas. “A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido, que se encontra em segundo plano” (BARDIN, 1977, p. 41).

---

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo contempla as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. É na fase da exploração do material que são elencadas categorias simbólicas ou temáticas (SILVA; FOSSÁ, 2015). As categorias auxiliam no processo de inferência e interpretação dos conteúdos, visto que são como “gavetas” ou “rubricas” que ajudam a classificar as mensagens (BARDIN, 1977). Tendo em vista os critérios do Jornalismo para a Paz, bem como o contexto em que os materiais jornalísticos analisados estão inseridos, tomaremos como base os seguintes critérios analíticos:

1) Direcionado para a violência: a cobertura enaltece somente os aspectos da violência direta, isto é, não apresenta elementos que ajudem a entender as razões que desencadearam o conflito; neste sentido, desvincula a violência direta de seu caráter cultural, presente no senso comum por meio de discursos propagados com naturalidade.

2) Direcionado para a paz: a cobertura não apresenta somente aspectos da violência direta, mas contextualiza o cenário ao apresentar as razões que desencadearam o conflito; deste modo, não apenas apresenta a ocorrência, mas também denuncia uma estrutura caracterizada pela violência. No caso da análise, aponta caminhos para que os casos de LGBTfobia sejam identificados e denunciados.

3) Foco nas pessoas: a cobertura privilegia o lugar de fala dos atores envolvidos no conflito, tirando-os da marginalidade e colocando-os no centro do debate; concede voz aos grupos mais vulneráveis e não somente às fontes oficiais; observa-se a pluralidade de pontos de vista, não no sentido de ressaltar embates, mas fomentar o diálogo entre as partes.

4) Estereótipos de gênero: no seio de uma sociedade heteronormativa, as coberturas jornalísticas se esforçam para desconstruir lógicas excludentes elaboradas partir de discursos que colocam pessoas LGBT+ em condições de subalternidade? Ou apenas reproduzem visões limitadas e preconceituosas que imperam em um contexto demarcado por divisões de gênero?

As quatro categorias indicadas auxiliarão no processo de análise e comparação entre os direcionamentos dos portais *GI* e *Catraca Livre*. Vale ressaltar que tomamos como base as distinções entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Guerra, ressaltados por Cabral e Salhani (2017) e McGoldrick e Lynch (2000). No entanto, os critérios analíticos embasados no Jornalismo para a Paz não se limitam a estas distinções, cabendo às pesquisas adequarem as categorias conforme as demandas do objeto

---

analisado. No caso de nossa análise, inserimos a quarta categoria, que versa sobre o reforço de estereótipos de gênero, que é uma realidade que, em nosso entendimento, contribui para a naturalização do comportamento LGBTfóbico. Como o Jornalismo para a Paz se dedica à edificação de uma realidade de paz, pode prestar suas contribuições para desconstruir estas lógicas.

## ANÁLISES

No dia 12 de janeiro de 2020, o casal Lucas Trindade dos Santos e Caio Costa Souza sofreu agressão enquanto esperava um ônibus no Terminal Capão Redondo, zona Sul da cidade de São Paulo. Quando os rapazes demonstraram afeto por meio de um beijo, um homem os atacou com um pedaço de pau com pregos expostos; o ato denota motivação LGBTfóbica. No dia seguinte à ocorrência, 13 de janeiro, os portais de notícias G1<sup>6</sup> e Catraca Livre<sup>7</sup> publicaram a cobertura sobre o fato.

Logo no título, a matéria do G1 aponta o preconceito relacionado à ocorrência: “Casal gay é atacado em terminal de ônibus do Capão Redondo e denuncia homofobia em SP”. No decorrer do texto, porém, a motivação LGBTfóbica para a agressão é colocada nos dizeres das próprias vítimas. Logo no primeiro parágrafo, a violência direta é ressaltada quando a narrativa detalha como se deu a agressão: “Armado com um pedaço de pau com pregos expostos, um homem feriu um dos jovens na barriga, após eles darem um beijo na manhã deste domingo (12)”.

No decorrer do texto, fica evidente que a narrativa toma como base os relatos das vítimas contido no boletim de ocorrência policial. Percebe-se a violência em dois atos: primeiro, o agressor afirmou se sentir ofendido diante do beijo do casal, dizendo que o ato desrespeitava os passageiros da fila (violência cultural). Tendo em vista a concepção de que demonstrações públicas de afeto apenas são admissíveis para um casal heterossexual. Isso desencadeou discussão entre o casal e o homem, que deixou o local fazendo ameaças de morte. Na sequência, a matéria traz o segundo ato da violência, esta sim manifestada de forma direta: “Minutos depois, o homem retornou com uma madeira

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/13/casal-gay-e-atacado-em-terminal-de-ônibus-do-capao-redondo-e-denuncia-homofobia-em-sp.ghtml>. Acesso em 21 ago. 2020.

<sup>7</sup> Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/casal-gay-e-agredido-com-um-pau-cheio-de-pregos-por-se-beijarem-em-sp>. Acesso em 21 ago. 2020.

---

cheia de pregos, desferindo um golpe no abdômen de Lucas Trindade. Após a agressão, o casal desarmou o homem e eles entraram em luta corporal”.

O desfecho da narrativa aponta que o jovem ferido foi levado a uma Unidade de Pronto Atendimento e que, na sequência, o casal registrou a agressão junto aos órgãos competentes e que o caso foi registrado como lesão corporal e preconceito de raça ou de cor, conforme resolução do STF (Supremo Tribunal Federal), que determina que atos de LGBTfobia se enquadram como crime de racismo.

O site Catraca Livre opta por revelar a violência direta logo no título da matéria: “Casal gay é agredido com um pau cheio de pregos por se beijarem em SP”. No primeiro parágrafo, ainda aponta que os pregos estavam enferrujados, além de identificar o agressor como um vendedor ambulante que atua no local; a matéria do G1 sugeria que o agressor era um ambulante, mas colocou a informação como proveniente de relatos de testemunhas.

Tal como no G1, aparentemente a informação foi coletada do boletim de ocorrência policial. Observa-se a mesma sequência: o apontamento da ofensa ocasionada pelo beijo, seguida de ameaça de morte e, em seguida, a agressão. Também relata que o jovem agredido foi atendido em uma Unidade de Pronto Atendimento e que, na sequência, o casal registrou a agressão às autoridades. Há também a informação de que o caso foi registrado como crime de racismo, apontando a decisão do STF de enquadrar a LGBTfobia neste rol de violências.

Os diferenciais da abordagem do portal Catraca Livre, no entanto, estão presentes em subtítulos posteriores à matéria. É apontada a importância de que toda e qualquer forma de agressão seja denunciada, com destaque para as violências motivadas por questões de gênero: “A orientação sexual ou a identidade de gênero não deve, em hipótese alguma, ser motivo para o tratamento degradante de um ser humano”.

Na sequência, o texto apresenta um breve histórico sobre a decisão do STF de enquadrar a LGBTfobia como crime de racismo e destaca que, a despeito de tal decisão ser positiva, poucos LGBT+ sabem como proceder. Como forma de orientação, apresenta o subtítulo “Como denunciar pela internet”, disponibilizando um passo a passo de como as vítimas de LGBTfobia podem proceder para denunciar agressões. Há, inclusive, a disponibilização dos links de portais e aplicativos direcionados a esta finalidade. O texto também indica que “toda delegacia tem o dever de atender as vítimas de homofobia e de busca por justiça” e informa que alguns Estados brasileiros contam com serviços

---

especializados para atender casos de homofobia, disponibilizando um link “saiba mais” para quem se interessar sobre esta informação.

Diante das narrativas analisadas, fica evidente que as duas pecam no sentido de não conceder voz aos atores sociais envolvidos no conflito. É notório que a principal fonte de informação, tanto para G1 quanto para o Catraca Livre foi o boletim policial. Um dos indicativos do Jornalismo para a Paz é justamente focar nas pessoas, e isso não ocorre nas matérias analisadas.

Em certa medida, as matérias se direcionam para a violência, o que é previsível, tendo em vista que a principal fonte de informação para se compreender o acontecimento foi um boletim policial. Narram a agressão detalhadamente, destacando o uso de um pedaço de madeira com um prego enferrujado. Tal informação, se descartada, não faria falta para as narrativas, pois ambas apontavam um caso de agressão; detalhar como se deu a agressão é inerente ao Jornalismo de Violência, que concede primazia e relevância às imagens chocantes e de horror.

Não se notam estereótipos de gênero nas narrativas. No entanto, o fato de narrar uma agressão contra um grupo que historicamente é alvo de violência, sem apresentar pistas para a superação do conflito, pode contribuir para reforçar a naturalização dessas ocorrências. O Catraca Livre, ao contrário do G1, indica caminhos para a superação dessas violências ao apresentar os canais disponíveis para realização de denúncias, o que vai ao encontro da responsabilidade social do jornalismo e indica uma abordagem compromissada para a paz.

## **CONSIDERAÇÕES**

O breve recorte apresentado indica novas possibilidades para as construções jornalísticas no que tange às coberturas de conflitos de violência que permeiam a sociedade. Concebido como contraproposta ao modelo jornalístico que prevalecia nas coberturas de contextos de guerra, o Jornalismo para a Paz pode ser aplicado diante de situações de violência de ordem social, que também resultam em mortes e dizimam considerável parcela da população. Como agente social, o jornalismo realiza a mediação entre o público e o acontecimento narrado e, portanto, o direcionamento das abordagens jornalísticas deve ser realizado com responsabilidade, pois incide na construção de sentidos.

São diversos os desafios do fazer jornalístico, principalmente quando consideramos a lógica das redações, inseridas em modelo de produção capitalista que demanda agilidade e instantaneidade como pressupostos do lucro. Apesar disso, é possível empregar alguns direcionamentos que tornem as coberturas mais analíticas e humanizadas. Ainda que não componham claramente os critérios de noticiabilidade, o Jornalismo para a Paz se efetiva quando as coberturas privilegiam a multiplicidade de vozes, a contextualização dos fatos e, principalmente, quando as iniciativas de paz são valorizadas em detrimento da cultura de violência.

Além de se constituir como uma proposta de ordem prática, capaz de conceder uma nova lógica para as redações, o Jornalismo para a Paz fornece possibilidades teóricas e metodológicas em pesquisas acadêmicas, de modo que seus direcionamentos podem ser agregados às metodologias clássicas como análise de conteúdo, análise do discurso, entre outras. O breve recorte apresentado demonstra como podem ser realizados estudos que tenham a abordagem do Jornalismo para a Paz como base, o que abre possibilidades para pesquisas futuras.

Diante de um contexto demarcado por violências de todos os níveis, o Jornalismo para a Paz se apresenta como uma iniciativa urgente e necessária para os estudos no campo do jornalismo.

## REFERÊNCIAS

ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

ARÉVALO SALINAS, Alex Iván; FARNÉ, Alessandra. Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. **Cultura, Lenguaje y Representación**, v. 15, p. 11-19, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, Brasília-DF v. 20, n. 3, p. 1-20, 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba-PR: Appris, 2012.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, p. 47-83, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. **Mundorama** – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, n. 103, 2016. Disponível em <https://mundorama.net/?p=19085>. Acesso em 08 fev. 2020.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

GALTUNG, Johan. Peace journalism as an ethical challenge. **Global Media Journal: Mediterranean Edition**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

GIRÓ, Xavier. Análisis crítico del discurso mediático y pedagogía comunicativa para la paz. In: CORTÉ GONZÁLEZ, Alfonso; GARCÍA LÓPEZ, Marcial (Eds.). **Comunicación y cultura de paz**. Granada: Editorial Universidad de Granada, p. 83-104, 2012.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? **E-compós**, Brasília-DF, v. 12, p. 1-16, 2009.

LÓPEZ BECERRA, Mário Hernán. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. **Revista Paz y Conflictos**, Granada, n.4, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. **Peace Journalism – What is it? How to do it?**, 2000. Disponível em <[goo.gl/YSMTuJ](http://goo.gl/YSMTuJ)>. Acesso em 18 ago. 2020.

MASCHIETTO, Roberta H.; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, p. 537-576, 2019.

NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a paz e cultura de paz**. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

RUIZ, Eva Espinar; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, María Isabel. El periodismo de paz como paradigma de comunicación para el cambio social: características, dimensiones y obstáculos. **Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 17, p. 175-189, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VICENTE, Maximiliano Martín. Comunicación y paz activa: un dialogo posible. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, p. 275-292, 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.